

ATA DO CONSELHO DIRETOR – 17/11/2020

Ao dia 17 de outubro de 2020, às 14h, em segunda convocação, em sala virtual do Google Meet, teve início a reunião extraordinária do Conselho Diretor do IBC, convocada para tratar dos seguintes assuntos: posse da Comissão Permanente de Pessoal Docente do Instituto Benjamin Constant – CPPD – IBC; aprovação das Normas para Redistribuição do Instituto Benjamin Constant; e aprovação do formulário de preenchimento do Plano de Individual de Trabalho Docente do Departamento de Educação durante a Pandemia do COVID-19, estando presentes os seguintes membros: João Ricardo Melo Figueiredo, presidente; José Tadeu Madeira de Oliveira, diretor do DMR; Elise de Melo Borba Ferreira, diretora do DPPE; Jefferson Gomes de Moura, diretor do DTE; Luigi Amorim, diretor do DED; Maria Odete Santos Duarte, diretora do DPA; Alessandro da Rosa Carvalho, representante dos técnicos administrativos e Rafael Dutton, representante dos professores. A reunião contou com a presença dos membros eleitos da CPPD (os professores Silvia Gonçalves Santos, Mariana Lopes da Silva, Mariana de Oliveira Martins Domingues, Vitor Padilha Goncalves, Maria Luciene Lucas e os suplentes Marcelo Bustamante Chilingue e Otávio Kaminski de Oliveira) e de dois representantes da equipe anterior da Comissão — seu ex-presidente, o professor Fernando Ferreira e a professora Gabrielle de Oliveira Camacho Soares. O diretor-geral do IBC abriu a reunião agradecendo a presença de todos e iniciou os trabalhos, pedindo ao conselheiro Rafael Dutton e presidente da Comissão Eleitoral da CPPD que se pronunciasse sobre o pleito realizado no último dia 11. Rafael iniciou reconhecendo e agradecendo a compreensão e o desprendimento dos membros da CPPD que estenderam seus mandatos para atender às demandas da categoria durante a pandemia até quando foi possível. Ele também falou do desafio que foi fazer uma eleição à distância, porém com toda a transparência possível, adotando um modelo de votação aberto, que ele considerou muito bem sucedido. Segundo Rafael, todo o processo eleitoral foi um grande aprendizado num momento tão difícil e delicado para todos. Ele agradeceu à Direção-Geral, aos diretores de departamento, à Coordenação de Comunicação Social e, sobretudo, aos professores, que participaram ativamente do processo. Em seguida ele compartilhou o resultado do pleito, apresentando os novos

membros da CPPD, por ordem de votação: Silvia Gonçalves Santos, a presidente (72 votos); Mariana Lopes da Silva (70 votos); Mariana de Oliveira Martins Domingues (67 votos); Vitor Padilha Goncalves (59 votos); Maria Luciene Lucas (54 votos) e os suplentes Marcelo Bustamante Chilingue (28 votos) e Otávio Calixto de Oliveira (23 votos). O presidente do Conselho parabenizou o trabalho do presidente da Comissão eleitoral e os novos membros da CPPD pela eleição deles e agradeceu a colaboração, a disponibilidade e as contribuições dadas pelos antigos membros da Comissão. Em nome dos colegas, o professor Fernando agradeceu também o apoio que ele e seus colegas da Comissão tiveram dos servidores e funcionários do gabinete durante os respectivos mandatos e desejou boa sorte aos seus sucessores. A professora Gabrielle Camacho, cuja dedicação foi elogiada tanto pelo antigo presidente da CPPD quanto pelo diretor-geral do IBC, registrou também o acolhimento e o diálogo que sempre teve por parte do gabinete e do grupo da gestão para que os processos fluíssem da melhor forma possível. Em seguida, João Ricardo convidou a nova presidente da CPPD para se pronunciar, mas antes falou do impacto positivo que a instalação do SUAP, a regulamentação das atividades de extensão e as obras do terceiro andar terá no trabalho da Comissão. A professora Sílvia agradeceu a oportunidade que os colegas deram a ela de participar da Comissão e de, com isso, aprender mais sobre a instituição. Ela disse estar ciente da quantidade e da importância de trabalho a ser desenvolvido, mas que também está confiante na vontade dos novos membros de trabalhar em equipe para dar conta de tudo da melhor forma possível. A professora Maria Luciene Lucas fez questão de agradecer e elogiar o papel do então presidente da CPPD, Fernando Ferreira, para que ela decidisse a participar da eleição. Ela agradeceu cada voto recebido e disse que, apesar da pandemia, está ansiosa por arregaçar as mangas e começar o trabalho na Comissão. O presidente do Conselho Diretor agradeceu a presença de todos. Finda a posse, os novos e antigos membros da CPPD deixaram a sala virtual, onde foi dado prosseguimento à reunião, passando-se ao segundo ponto de pauta — a aprovação das normas de redistribuição para o IBC. O professor Luigi leu o documento redigido para apreciação dos conselheiros. Em seguida, no momento dedicado às considerações dos conselheiros, o representante dos técnicos administrativos disse considerar muito longo o tempo mínimo de cinco anos no IBC para que a pessoa possa pedir redistribuição. Segundo ele, a presença de um servidor

contra a sua vontade poderia prejudicar o clima organizacional do setor onde ele trabalha. Contudo, ele reconheceu a necessidade de se estipular um tempo mínimo de permanência na instituição, haja vista os custos arcados por ela com a mudança do servidor. Apesar de reconhecer a diferença entre as realidades dos técnicos administrativos e a dos professores, o diretor do DED respondeu que a questão da necessidade da permanência no prazo estipulado no documento não era apenas financeira, pois envolvia também a especificidade do fazer do IBC, que não poderia estar no rol das instituições em que este fazer não muda, independente do lugar para onde o professor vá. Segundo Luigi, quando o professor vem para o IBC, ele domina a disciplina que ensina, mas precisa se capacitar para trabalhar com a pessoa com deficiência visual, até mesmo para usar essa nova competência em outro lugar, quando ele sair daqui, o que é difícil de acontecer quando ele passa pouco tempo na Instituição. Rafael Dutton argumentou que o IBC não pode ser considerado como um meio, um trampolim para um servidor ir para outro lugar e que cinco anos não era um tempo longo demais, mas sim razoável para que a pessoa parasse e pensasse se queria mesmo vir para a instituição. Segundo Rafael, diminuir o tempo seria uma forma de desvalorização do IBC. Alessandro disse que entendeu os comentários dos colegas e que, diante do novo ângulo sobre a questão trazido por eles, não seria necessário colocar a sugestão dele para votação. Não tendo nenhum outro ponto a ser discutido no documento, ele foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se ao ponto seguinte da pauta — aprovação do formulário de preenchimento do Plano de Individual de Trabalho Docente do Departamento de Educação durante a Pandemia do COVID-19. Enquanto o documento não era disponibilizado para análise, o conselheiro Alessandro solicitou que na próxima reunião do Conselho fosse discutida alguma normativa sobre o trabalho remoto. Apesar de não ter sido procurado pela categoria para trazer este assunto ao Conselho Diretor, ele reconhece que a importância do assunto. O presidente do Conselho explicou que as medidas de retorno parcial e escalonado no trabalho foram tomadas com base na IN 109, mas que este assunto poderia ser sim retomado em ocasião posterior. Em seguida, retomando a pauta da reunião, o professor Luigi compartilhou o documento contendo o Plano de Individual de Trabalho Docente do Departamento de Educação durante a Pandemia do COVID-19 para análise dos demais conselheiros, observando

que, pelo fato de o ano letivo estar no final, não fazia mais sentido cobrar o planejamento do professor neste momento e que, por esta razão, havia sido adicionada uma ficha de relatório final para que, em vez do planejamento, eles relatassem as atividades que foram desenvolvidas. Rafael disse que não tinha nada a acrescentar, pois o documento já havia sido exaustivamente discutido com os professores. Os demais conselheiros também não se manifestaram. Colocado em votação, o documento foi aprovado por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 15h30 e, para constar, eu, Marília Amaral de Moura Estevão Tavares, lavrei a presente ata, que depois de lida, será assinada por mim, pelo presidente do Conselho e demais conselheiros.

Marília Amaral de Moura Estevão Tavares

João Ricardo Melo Figueiredo

Maria Odete Santos Duarte

Luigi Amorim

Elise de Melo Borba Ferreira

José Tadeu Madeira de Oliveira

Jefferson Gomes de Moura

Alessandro da Rosa Carvalho

Rafael Dutton